



Contas Económicas da Silvicultura – Base 2006

1986-2008

Valor Acrescentado Bruto da Silvicultura diminuiu 1,3% em Valor e 3,9% em Volume em 2008

A primeira estimativa para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Silvicultura, em 2008, aponta para reduções de 1,3% em valor e de 3,9% em volume, relativamente a 2007. Os resultados agora publicados, além das estimativas referentes a 2008, incluem uma revisão da série das Contas Económicas da Silvicultura em linha com as Contas Nacionais Portuguesas – Base 2006 recentemente publicadas.

NOVA SÉRIE DE CONTAS ECONÓMICAS DA SILVICULTURA PARA 1986-2008 (Base 2006)

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulga uma nova série de Contas Económicas da Silvicultura (CES), que tem com referência o ano de 2006 e abrange o período 1986-2008. Esta série é compatível com a recente base 2006 das Contas Nacionais Portuguesas (CNP). A série que se apresenta foi construída aplicando as regras do ano base (2006) a todos os anos, ou seja, recorrendo, sempre que possível, às mesmas fontes e metodologias que foram utilizadas na base, obtendo-se, deste modo, uma série comparável.

As CES têm por referência técnica obrigatória o “Manual das Contas Económicas da Agricultura e Silvicultura 97 (Rev. 1.1)”, edição de 2000, Eurostat. Sendo uma Conta Satélite, a metodologia utilizada tem como suporte o Sistema Europeu de Contas 1995 (SEC 95) e, por via deste, o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas (SCN 93). Recentemente, as CES foram integradas, ao nível do EUROSTAT, num quadro global de informação económica e ambiental da floresta, designado por Contas Integradas Ambientais e Económicas da Silvicultura.

As novas CES apresentam uma nomenclatura distinta ao nível da Produção, não permitindo, por vezes, comparação directa com a base 2000. Destacam-se as alterações nas produções de madeira e cortiça que, na base anterior, incluíam o crescimento na árvore e agora contemplam apenas o abate e a extracção. Outra alteração corresponde ao “Crescimento das Florestas” (saldo entre o acréscimo de madeira ou cortiça nas árvores e a diminuição dos povoamentos por corte, doença ou incêndios) que surge agora numa rubrica autonomizada.

Contas Económicas da Silvicultura – 1986-2008

1/9



recenseamento de Novembro 2009 a Julho 2010,

O INE realiza o Recenseamento Agrícola junto de todos os agricultores portugueses, com o objectivo de caracterizar as explorações agrícolas, a mão-de-obra e os sistemas de produção agrícola, bem como as medidas de protecção e melhoria do ambiente e da biodiversidade. A discussão da nova PAC em 2010 beneficiará dos resultados do RA 09.



Adicionalmente, na nova nomenclatura, a rubrica “Florestação e reflorestação” transitou da “Produção de Outros Produtos Silvícolas” para a “Produção de Serviços Silvícolas”.

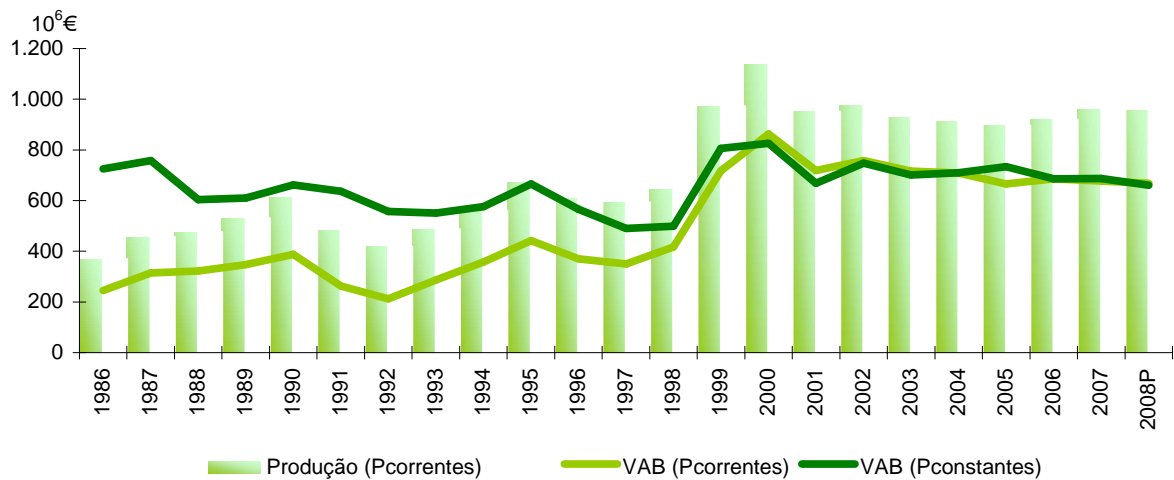
Há ainda um conjunto de alterações metodológicas, sendo de destacar as seguintes:

- Numa óptica do produto, passou a estar incluída a Produção Silvícola por parte de produtores não silvícolas;
- Numa óptica de ramo de actividade, passaram a incluir-se as Actividades secundárias de produtores silvícolas na produção;
- O Valor de Plantações de pinheiro-manso passa a ser incorporado na Produção da Silvicultura (“Florestação e reflorestação”), na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF em florestação e reflorestação) e no cálculo do Consumo de Capital Fixo (CCF). A base 2000 contemplava apenas eucalipto e sobreiro;
- A Produção de “Outros Produtos Silvícolas” engloba agora o valor da Produção de ramos, folhagens, musgos, líquenes e outros, para além da resina;
- A metodologia de cálculo do Consumo de Capital Fixo (CCF) e dos valores a preços constantes foi harmonizada com a metodologia seguida pelas CNP;
- Foram utilizadas novas fontes de informação, em particular da Informação Empresarial Simplificada (IES), com especial impacto na Produção de Serviços Silvícolas, Consumo Intermédio (CI) e Juros.
- A Produção engloba bens e serviços relacionados com as actividades de Silvicultura e Exploração florestal. Inclui o abate de árvores, a remoção de madeira, o descortiçamento e florestação, mas também o Crescimento das Florestas. Com a nova base, passou a incluir a Florestação com Pinheiro-manso e foi alargado o âmbito de produtos cobertos pela rubrica “Outros Produtos Silvícolas”.

A ACTIVIDADE SILVÍCOLA E DE EXPLORAÇÃO FLORESTAL – 1986 a 2008 (Base 2006)

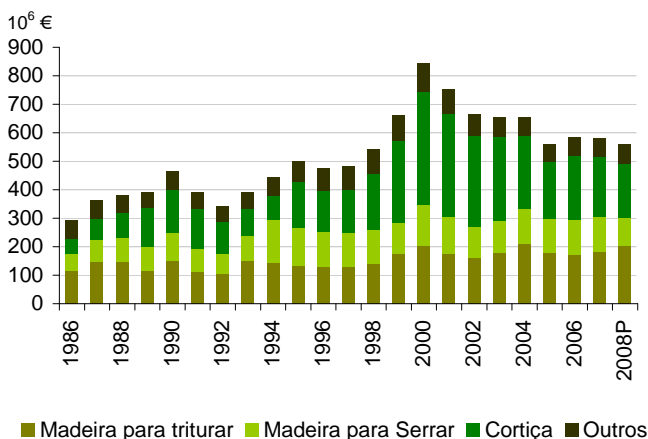
O Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Silvicultura deverá ter registado, em 2008, reduções de 1,3% em valor e de 3,9% em volume, relativamente a 2007. Em relação ao valor máximo, atingido no ano 2000, o decréscimo nominal foi de 22,5%, embora grande parte dessa redução se tenha logo verificado em 2001.

VAB e Produção da Silvicultura

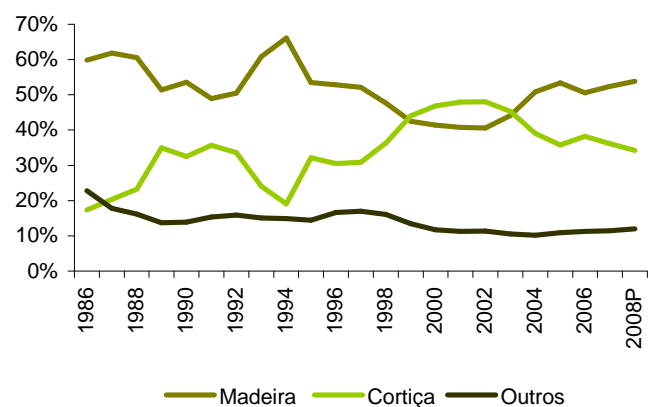


À semelhança do VAB, a série de produção apresentou o seu ponto máximo no ano 2000, ano a partir do qual se observou um decréscimo. Em 2008 verificaram-se, face ao ano anterior, diminuições de 3,8% e 0,4% em volume e valor, respectivamente. Os produtos silvícolas nacionais de maior destaque são a Madeira e a Cortiça. Analisando a evolução da estrutura de produção de bens (excluindo o crescimento), observa-se que o peso relativo da produção de Madeira regista um aumento nos últimos 3 anos da série (devido à Madeira para Triturar). Pelo contrário, a produção de Cortiça, que assumiu uma posição de liderança entre 1999 e 2003, com um crescimento anual médio de 7,2% em valor, apresenta uma tendência de decréscimo em termos da sua importância relativa na estrutura de produção.

Produção de Bens Silvícolas (preços correntes)



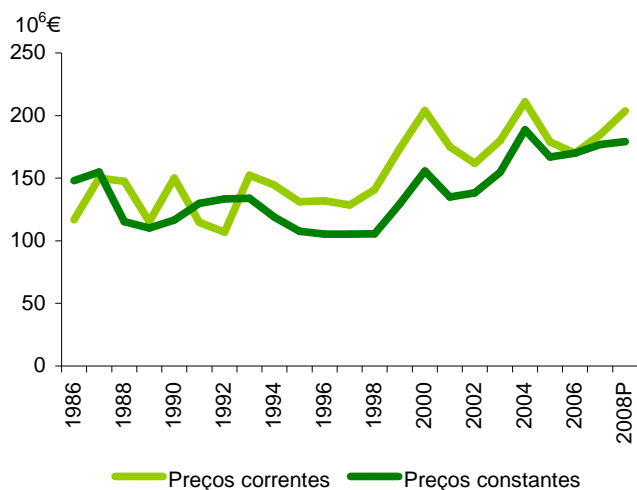
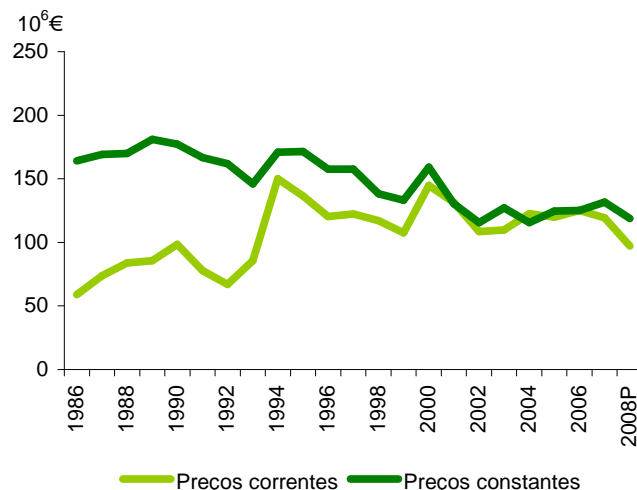
Produção de Bens Silvícolas (evolução da estrutura)



A produção de Madeira para Triturar (constituída fundamentalmente por eucalipto), apresentou um crescimento anual médio de 2,6% em termos nominais e 0,9% em termos reais, o que reflecte a sua importância enquanto principal matéria-prima das indústrias de celulose. A Madeira de Serrar é composta sobretudo por pinheiro-bravo e tem como principal destino a indústria de mobiliário, embora possa também ser usada para a indústria de papel. Apresenta-se como um produto com menor expressão. Relativamente à Cortiça, apesar de ser a produção silvícola de maior peso em termos nominais, entre 1999 e 2003, a tendência de decréscimo nos últimos anos traduz um menor crescimento quando comparado com o da madeira.

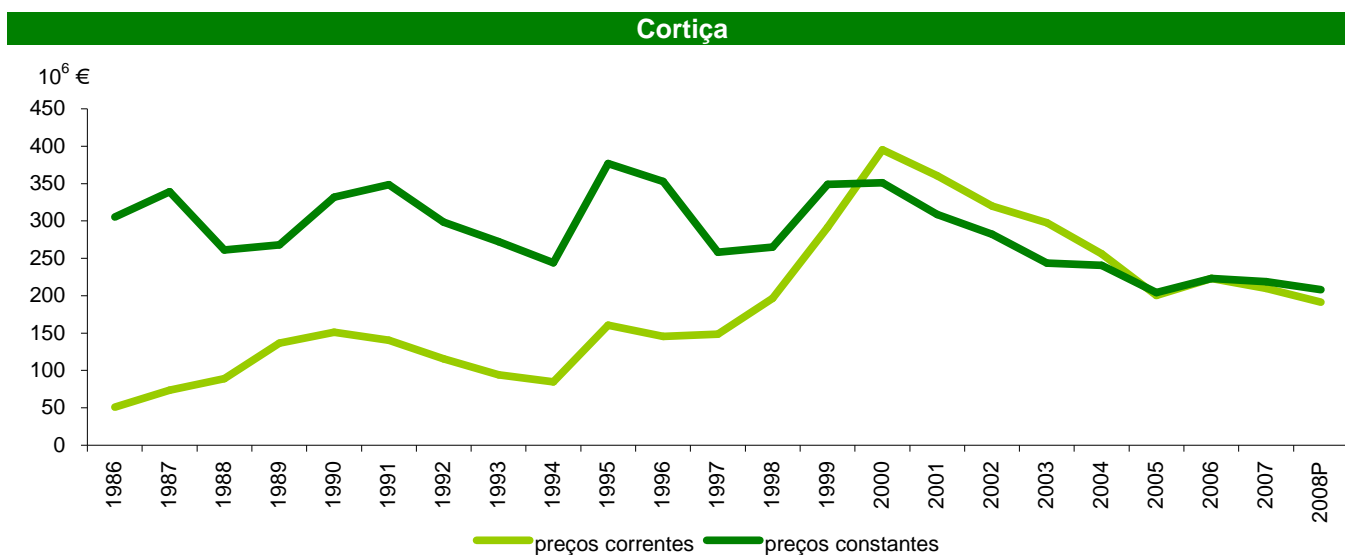
A Madeira para Triturar registou o seu valor máximo em 2004, na sequência dos grandes incêndios de 2003 e 2004, que provocaram um aumento significativo da venda de madeira às fábricas de pasta de papel. O ano de 2008 assume-se como o segundo melhor ano da série, em volume e valor (+1,4% e +10,3% face a 2007), confirmando a dinâmica da fileira da indústria do papel a nível nacional.

Quanto à Madeira para Serrar, após um pico de produção no ano 2000, registou uma tendência de decréscimo, atingindo em 2008 o valor mais baixo desde então.

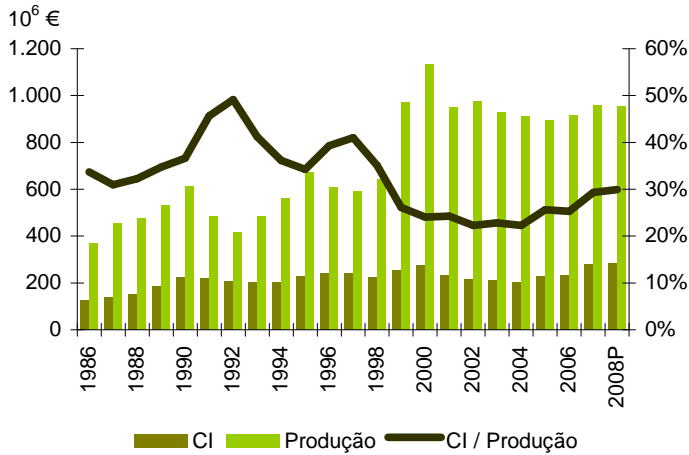
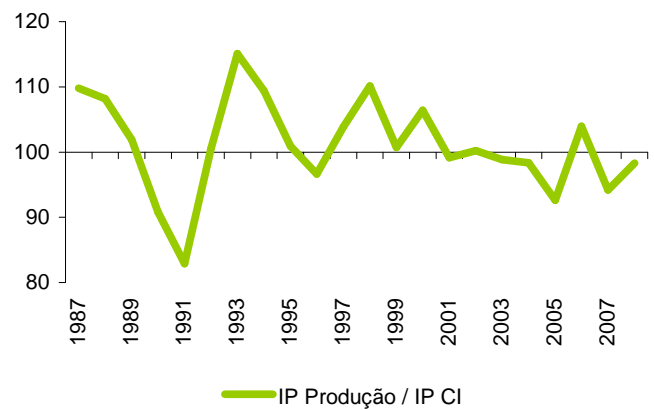
Produção de Madeira para Triturar**Produção de Madeira para Serrar**

Em termos da produção de madeira por espécies, a Madeira de Folhosas (fundamentalmente eucalipto) observou uma tendência de crescimento, real e nominal, contrariamente à Madeira de Resinosas, o que corrobora a importância crescente da Madeira para Triturar, constituída em cerca de 90% por Madeira de Folhosas.

No que respeita à Cortiça, após o grande crescimento nominal observado entre 1997 e 2000 (causado simultaneamente pelo grande volume de descortiçamento e pelo elevado preço), tem-se verificado um declínio da produção, em termos reais e nominais. O envelhecimento dos montados e as patologias do sobreiro têm provocado uma diminuição da produção de Cortiça de qualidade. O ano de 2006 foi exceção, tendo-se registado uma recuperação da produção (aumento de cerca de 10% em valor) graças a um efeito conjugado de um grande *stock* de cortiça nas árvores e de melhoria dos níveis de qualidade, o que permitiu maiores volumes de venda, a preços mais elevados. Em 2008, o volume e preço decresceram 5,0% e 4,0%, em volume e preço, respectivamente.



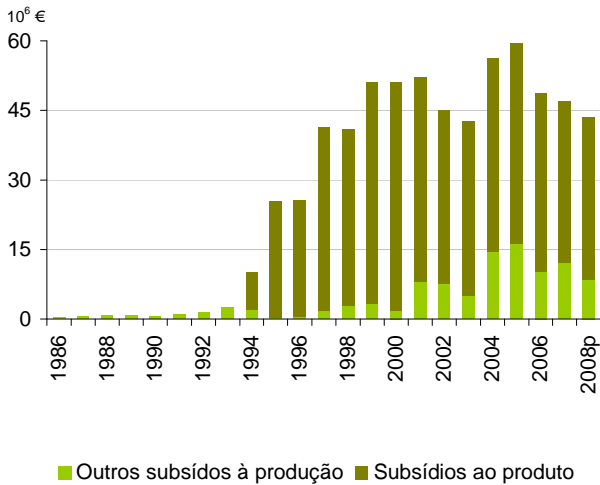
O CI da silvicultura registou uma evolução crescente em termos nominais, mas decrescente em termos reais, entre 1986 e 2008. O rácio CI/Produção, que indica a taxa de incorporação de *inputs* por unidade de produção, é decrescente. Porém, a partir de 2004 esta tendência inverte-se. Com efeito, nos últimos anos da série observaram-se condições desfavoráveis para o produtor florestal, com os preços das despesas correntes a revelarem crescimentos superiores aos dos preços na produção, situação para a qual contribuíram especialmente os fortes aumentos de preços nos bens energéticos. Em 2008 o CI diminuiu 3,4% em volume mas, em consequência do acréscimo de preços, aumentou 1,6% em valor.

Consumo Intermédio
(preços correntes)**Tesoura de preços**
(IP Produção / IP Consumo Intermédio)

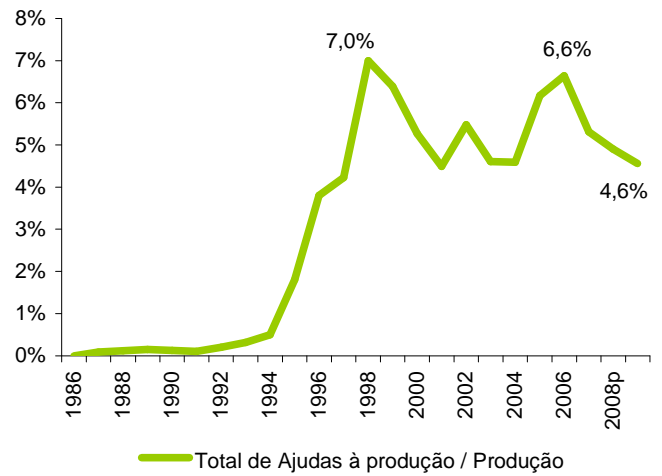
No âmbito das CES, as ajudas à actividade silvícola subdividem-se em Subsídios ao produto, Outros subsídios à produção e Transferências de Capital (que, de acordo com a metodologia das CES, não são contabilizadas no Rendimento Empresarial Líquido da Silvicultura). Os subsídios ao produto, que incidem, fundamentalmente, sobre a florestação e reflorestação, encontram-se incluídos na produção (porque é valorizada a preços de base). Após 1995, estes subsídios tornaram-se no tipo de ajuda mais importante. Os Outros subsídios à produção têm como objectivo apoiar a formação profissional, a perda de rendimento e beneficiação de superfícies florestais, não se encontrando directamente relacionados com o volume de produção.

As ajudas à produção (Subsídios aos produtos e Outros subsídios à produção) registaram uma tendência crescente, com um crescimento significativo a partir de 1994. Em 2008 observaram um decréscimo de 7,3%, explicável, tal como no caso das Transferências de Capital, pela finalização do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (QCA III). A "Taxa de Apoio à Produção" (rácio Total de Ajudas à Produção / Produção) teve um forte crescimento entre 1994 e 1997 (ano em que atinge o seu ponto máximo: 7,0%), oscilando, nos anos subsequentes, entre 4,6% (valor observado em 2008) e 6,6%.

Total de Ajudas pagas à Produção

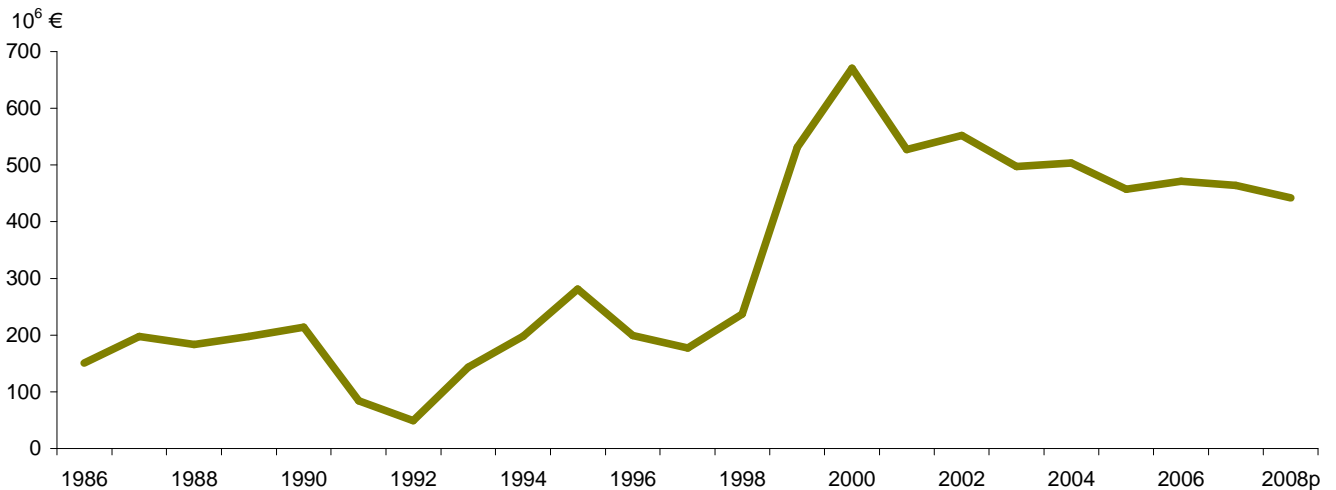


Taxa de apoio à produção



O Rendimento Empresarial Líquido (REL) determina-se subtraindo ao VAB os outros custos da actividade (CCF, Remunerações a pagar, Outros impostos à produção e Juros a pagar) e adicionando os Outros subsídios à produção e Juros a Receber. À semelhança da produção, o REL apresenta o seu ponto máximo em 2000, decrescendo continuamente deste então. Em 2008 decresceu 4,7%.

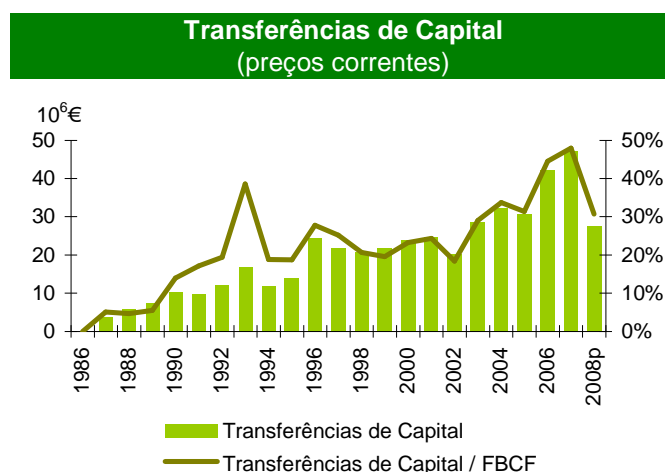
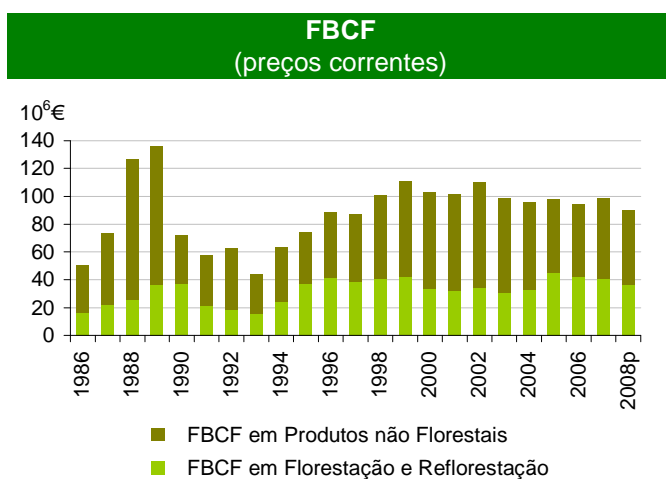
REL



A FBCF apresenta dois períodos de crescimento nominal pronunciado: finais dos anos 80 (coincidentes com a adesão à Comunidade Económica Europeia - CEE) e 1994-1999. Após 2000 a tendência foi decrescente, estimando-se que, em 2008, a FBCF tenha decrescido 8,6% em valor. Nas CES, a FBCF desdobra-se em FBCF em

florestação e reflorestação (eucalipto, sobreiro e pinheiro manso) e FBCF não silvícola (bens de equipamento, construção, etc.), que é a componente mais importante em toda a série. Na florestação e reflorestação destaca-se o crescimento nominal observado em 2005 (+36,5%), na sequência dos grandes incêndios de 2003 e 2004.

As Transferências de Capital compreendem as medidas que se destinam a apoiar o investimento na actividade. Apresentam um comportamento crescente, atingindo o seu ponto máximo em 2007. O ano de 2008 observou um forte decréscimo (-41,4%), explicável pela conclusão do QCA III. Analisando o rácio Transferências de Capital / FBCF, é possível observar um comportamento crescente, particularmente elevado entre 2002 e 2007, resultado do aumento das Transferências de Capital e decréscimo da FBCF.



PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE A BASE 2000 E A BASE 2006

As alterações metodológicas, mencionadas no início deste destaque, provocaram uma revisão dos valores apresentados na base 2000. Destacam-se, pela amplitude e importância das rubricas, a Produção (em virtude da inclusão de novos produtos), o Consumo intermédio (a IES permitiu obter uma melhor cobertura), o CCF (passou a ser calculado CCF para as plantações, foram revistos os períodos de vida útil e funções de mortalidade) e FBCF (passou a contemplar as plantações de pinheiro-manso).

CES - Base 2006 versus Base 2000

(valores a preços de base correntes)

Unidade: 10⁶ €

	2006			
	Base 2000	Base 2006	B06-B00	B06/B00 (%)
Total da Produção da Silvicultura	751,51	917,73	166,22	22%
Consumo Intermédio	114,15	232,31	118,16	104%
Valor Acrescentado Bruto	637,36	685,42	48,06	8%
Consumo de Capital Fixo	72,74	113,78	41,04	56%
Valor Acrescentado Líquido	564,62	571,64	7,02	1%
Remuneração dos Assalariados	84,25	97,35	13,10	16%
Outros Impostos sobre a Produção	0,55	1,49	0,94	171%
Outros Subsídios à Produção	10,34	10,14	-0,20	-2%
Rendimento dos Factores	574,41	580,29	5,88	1%
Excedente Líquido de Exploração	490,16	482,94	-7,22	-1%
Rendas a Pagar	4,32	4,32	0,00	0%
Juros a Pagar	5,92	9,86	3,94	66%
Juros a Receber	5,19	2,41	-2,78	-54%
Rendimento Empresarial Líquido	485,11	471,17	-13,94	-3%
FBCF	88,90	94,70	5,80	7%